



## MEMORANDO 2019

O Conselho de Ilha de Santa Maria aguarda com expectativa a visita estatutária do Governo Regional, uma vez que se trata de um momento de aproximação efetiva e real entre quem governa e quem é governado.

Desde a última visita estatutária, no passado verão, fomos esperando a execução dos compromissos plasmados no comunicado de governo de 25 de julho de 2018, mantendo a expectativa quanto a uma série de investimentos necessários para a ilha de Santa Maria.

Em reunião extraordinária, a 17 de abril, este Conselho de Ilha debruçou-se sobre vários sectores que influenciam o bem-estar dos marienses, tendo elencado alguns pontos, que acabam por resumir-se em desejos e intenções de investimento, propostas que são legítimas e que os marienses gostariam de ver atendidas por este Governo Regional. Seguem-se, então, quinze pontos, todos de índole vária:

### 1. ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA

O Conselho de Ilha é unânime em achar que já não basta cumprir-se a intervenção prometida pelo GRA em 2018, cujo atraso se lamenta profundamente. É urgente um plano de reabilitação total do maior e mais importante equipamento público da ilha. Assim, para além dos investimentos previstos na remodelação da cozinha e refeitório, vedações, alpendres de ligação entre os vários edifícios, remodelação e ampliação da sala dos professores, é premente uma intervenção imediata no pavilhão gimnodesportivo, onde a cobertura, o pavimento e as instalações sanitárias apresentam um nível de degradação acentuado.

Ainda assim, não será utópico, com certeza, reivindicar uma escola nova, uma vez que esta se apresenta degradada, sem intervenção de fundo, desde 2003, havendo nela equipamentos obsoletos, e outros em falta, tudo factores que contribuem para um ambiente escolar degradado e triste, influenciando negativamente toda a comunidade escolar. A ilha de Santa Maria não pode, de forma alguma, orgulhar-se de estar na vanguarda do investimento tecnológico, antecipando o século XXII e ter uma escola obsoleta do século XX.

### 2. REDE VIÁRIA REGIONAL



Ano após ano, o Governo Regional tem vindo a ignorar as reclamações dos marienses, plasmadas nos consecutivos memorandos deste órgão, relativamente ao estado degradado de alguns troços na maioria das estradas regionais da ilha. É urgente a criação de um Plano de Intervenção a Médio/Longo prazo, não obstante, seja premente uma intervenção imediata nos seguintes troços: Pico Alto / Arrebentão / Santo Espírito / Almagreira, acesso ao Pico Alto, estrada da Birmânia, acesso ao Farol de Gonçalo Velho, no lugar da Maia.

### **3. REDE VIÁRIA RURAL, FLORESTAL E AGRÍCOLA**

Não se compreende como é que os agricultores podem exercer o seu trabalho com dignidade e eficiência se, em muitas situações, carregam fardos de palha às costas, por não poderem transitar com os seus veículos em muitos dos caminhos que servem as suas explorações agrícolas. Esta situação não pode ser continuamente tolerada pelos marienses, sensíveis a este assunto, uma vez que prejudica, transversalmente, toda a comunidade. Não podemos tolerar que os serviços florestais da Ilha de Santa Maria sejam uma barreira ao desenvolvimento de sinergias que potenciem os investimentos na melhoria dos caminhos rurais, florestais e agrícolas, quando deviam ser os impulsionadores de uma gestão eficiente deste assunto, para bem de todos. Não podemos ficar reféns de diferendos sobre quem é a responsabilidade da manutenção dos caminhos rurais, florestais e agrícolas de Santa Maria, pois há instrumentos de gestão territorial como o PDM, que tornam claro o que apenas a poucos parece confuso. Recordamos que o PDM em vigor é recente e teve o contributo de várias entidades, não nos parecendo aceitável existir serviços governamentais de ilha que contradigam o que está definido neste instrumento de gestão territorial.

Entre vários caminhos que necessitam de intervenção urgente, gostaríamos de elencar estes, já assumidos pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas, como prioritários para 2020: Caminho da Trevina e Caminho do Tagarete, ambos em Santa Bárbara. Em Almagreira é urgente uma intervenção no Caminho do Tremoçal e em vários troços no lugar do Monteiro. Nas restantes freguesias, sem excepção, há caminhos onde é necessário intervir, da mesma maneira.

### **4. TURISMO**



Os dados estatísticos do turismo em Santa Maria não são animadores e parece antever-se uma tendência para uma crise, sobretudo nos meses de outubro a abril. Acreditamos que a política de encaminhamentos não nos favorece de todo e que o Inverno IATA, podendo apresentar-se como um sintoma da falta de interesse por parte da tutela, terá de ser mais favorável em termos de acessibilidade aérea à ilha. O Inverno IATA é tão mau que acaba por ensombrar o incremento de voos e de lugares no Verão IATA. Todos sabemos que, ainda assim, encontrar um lugar para viajar de e para Santa Maria é sempre uma aventura. Infelizmente, enquanto o número de lugares, a frequência e o preço dos voos se mantiver nos moldes actuais será muito difícil vislumbrar-se uma melhoria no turismo em Santa Maria. Deste modo, o Conselho de Ilha pugna por um Inverno IATA que contrarie a escassez de voos e de lugares, aumentando a frequência dos mesmos, à semelhança do que constatamos no verão IATA de 2019, cujo incremento de lugares e frequências veio de encontro às pretensões deste órgão que representa os Marienses, evidência com que nos congratulamos.

Por outro lado, a operação marítima de passageiros requer uma programação que, independentemente da celebração da festividade do Santo Cristo de Ponta Delgada, se organize no período entre 1 de maio e 30 de setembro. De qualquer modo, o Conselho de Ilha acredita que precisamos de um sistema integrado de transportes que funcione melhor, e que sirva durante mais tempo os marienses.

## **5. INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS**

Continuamos a ser a única ilha com porto comercial sem piloto de barra, o que é inadmissível. O Governo Regional dos Açores continua a ignorar a importância da dragagem do porto de Vila do Porto, com nítidos prejuízos para o incremento comercial e turístico da ilha. Aliás, a inexistência das devidas dragagens, têm criado restrições de operacionalidade do Porto quanto aos calados das embarcações. Um equipamento como é um Porto Comercial, quer-se operacional e com capacidade de crescimento e não de diminuição de operacionalidade como se têm constatado. Acreditamos, igualmente, ser necessário prolongar o cais comercial até à ponta do molhe.

Tem sido notado, ao longo dos anos, que há contínuas derrocadas na falésia de acesso ao cais de Vila do Porto e do porto de recreio junto à marina, pelo que este Conselho de Ilha está interessado em saber se as falésias e encostas estão a ser devidamente acompanhadas e monitorizadas para a segurança de todos.



De resto, quais são os investimentos previstos pela Portos dos Açores em toda a bacia do Porto (Comercial, Passageiros, Pescas e Recreio) quer ao nível da aquisição de novos equipamentos, como nas devidas manutenções tanto de equipamentos como de infra-estruturas, algumas delas em estado avançado de degradação?

Uma vez que existe a necessidade de aumentar o parque de estacionamento de embarcações no porto de recreio, havendo procura e espaço para tal – sendo, efectivamente, uma mais-valia na “época baixa”, com a recolha de mais embarcações, o que por si só incrementa a ocupação de voos, hotéis, restaurantes, rent-a-car e reparações navais, por exemplo – prevê o Governo Regional dos Açores intervir neste ponto, demonstrando uma visão estratégica de crescimento da economia da ilha?

E porque não há memorando sem esta questão, voltamos a insistir na necessidade de dotar de melhores condições, pelo menos um dos portos alternativos ao de Vila do Porto, por razões já sobejamente conhecidas, mas que constituem uma garantia de salvaguarda de acessibilidade e segurança em situações adversas, bem como contribuindo para o desenvolvimento do Turismo.

## **6. TRANSPORTE MARÍTIMO DE MERCADORIAS**

A inconstância dos transportes marítimos de mercadorias, com graves prejuízos para os produtores marienses, leva-nos a acreditar que falta uma lógica de sequência nos transportes, entre os vários operadores, que permita uma viagem no menor tempo possível. Este facto provoca constrangimentos quer na importação como na exportação de mercadorias, retirando qualidade ao produto que se exporta. Toda a complexidade logística dos transportes, como é o exemplo flagrante do transporte de gado vivo, afecta o bem-estar dos animais, o que devia ser evitado. Infelizmente, isto acontece nas várias ligações marítimas, e sempre no sentido Santa Maria para as ilhas dos Grupos central e Ocidental, Portugal Continental e Madeira.

Em última análise, prevê o Governo Regional dos Açores rever o modelo de transporte marítimo de mercadorias, ou uma solução que venha a dirimir estes problemas concretos?

## **7. INVESTIMENTO NA ÁREA DAS INDÚSTRIAS AEROESPACIAIS**



O Conselho de Ilha de Santa Maria reconhece a complexidade e desconhecimento transversal deste tipo de tecnologias, e que, conseqüentemente, neste momento sabemos tudo quanto há e se pode saber sobre este assunto, até porque as sessões de esclarecimento foram claras no sentido de confirmarem que, neste momento, não há desenvolvimentos que não sejam do conhecimento público. Todavia, acreditamos que o Governo Regional dos Açores deverá fazer um esforço adicional para que toda e qualquer comunicação e notícia sobre este tema seja dada em primeira mão às instituições legitimamente eleitas para representar os marienses, e não através de informação do GACS ou outro órgão de comunicação social. Achamos justa e merecida esta pretensão, porque estão em causa projetos centrados na ilha de Santa Maria, estando em causa o futuro dos marienses.

O Conselho de Ilha assumiu um compromisso de centrar a sua próxima reunião ordinária de Maio na definição de contrapartidas mínimas que devem ser asseguradas aos marienses, no caso destes investimentos se concretizarem. Acreditamos que não basta a fixação da indústria aeroespacial em si, mas que todos os sectores beneficiem de um investimento extra, nomeadamente ao nível da educação, cuidados de saúde ou acessibilidades.

## **8. TRILHOS DE BTT**

O Conselho de Ilha reivindica a necessidade da limpeza e intervenções de segurança nos trilhos de BTT do Pico Alto, sublinhando que esta acção, tanto desportiva como ambiental, permitiu a recuperação de trilhos ancestrais e a abertura de outros inéditos, valorizando e incentivando o crescimento desta prática desportiva, com forte componente de animação turística. De resto, para quando a execução do anunciado projecto Azores Eco Bike Trails, anunciado em 2014?

## **9. DISSEMINAÇÃO DE PLANTAS ENDÉMICAS NOS JARDINS E MIRADOUROS DA ILHA**

O Conselho de ilha defende que o GRA deverá privilegiar a plantação de espécies endémicas dos Açores, nos jardins e miradouros da responsabilidade dos serviços da região, aumentando assim a sua beleza e atração turística. Defende também o Conselho de Ilha a recuperação territorial da Giesta (*Citissus scoparius*), nos jardins e taludes de estradas, a qual, apesar de não ser uma planta autóctone, não é infestante, detém muita beleza e é uma



espécie “histórica e identitária” para a ilha de Santa Maria, tendo sido responsável pela sua denominação de “Ilha Amarela”.

## **10. FALTA DE REPRESENTAÇÃO DE DIRECÇÕES REGIONAIS DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

O Conselho de Ilha considera ser necessário e fundamental uma presença institucional, com representação e competências de cada uma das Direcções Regionais do Mar, Pescas e Turismo em Santa Maria, sendo essa pretensão fundamental para estreitar laços e tornar mais eficiente e célere a intervenção do Governo Regional dos Açores na ilha, dentro das áreas aludidas.

## **11. FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

O Conselho de Ilha sente que é uma necessidade premente o incremento da formação profissional técnica, nomeadamente, através da oferta curricular alternativa do Pólo da Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, bem como da própria Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

## **12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ZONA DO AEROPORTO**

O Conselho de Ilha acredita existir uma falta de conhecimento generalizado sobre a forma como a alienação dos terrenos e imóveis se processa, em particular na forma de acesso aos pedidos de cedência, aquisição ou venda dos mesmos. Igualmente, parece existir uma falta de estratégia na cedência de terrenos na zona limítrofe à zona industrial, sendo preocupante a “manta de retalhos” que parece estar a ser facilitada. O Conselho de Ilha acredita ser urgente e fundamental a promoção de um diálogo concertado entre a Vice-Presidência e o Município de Vila do Porto, por forma a criar-se uma estratégia integrada e evitarem-se constrangimentos futuros na organização desse território.

## **13. AEROGARE DO AEROPORTO DE SANTA MARIA**



O Conselho de Ilha lamenta que a infraestrutura aeroportuária se esteja degradando a olhos vistos, necessitando de uma intervenção urgente. Exortamos o Governo Regional dos Açores a exercer pressão sobre a VINCI, de modo a garantir a segurança e o conforto dos utentes e trabalhadores desta infra-estrutura.

Dentro desta ideia, e porque cada mês que passa, a recuperação da Torre de Controlo se torna mais urgente, para quando está prevista a intervenção do Governo Regional dos Açores, cujo compromisso tem anos?

#### **14. SAÚDE**

Sobre este tópico foi criado um memorando à parte, por ser tão importante e tão urgente o debate à volta dos problemas que esta área apresenta. Não podemos continuar a ter cuidados de saúde tão precários, nem a adiar soluções que são fundamentais para garantir o acesso a cuidados de saúde, numa ilha que se queixa dos mesmos problemas há demasiados anos seguidos.

#### **15. FORTE SÃO JOÃO BATISTA PRAIA FORMOSA**

Todos os anos repetimos a mesma preocupação e exortamos o Governo Regional a apresentar uma solução que vá de encontro aos desejos da recuperação da mais importante fortificação da ilha e a mais antiga dos Açores. O Conselho de Ilha acredita que este imóvel, por ser de interesse regional, não deve ser uma responsabilidade exclusiva do município, devendo ser recuperado numa parceria assumida entre as duas partes.

Pelo Conselho de Ilha,  
Vila do Porto, 23 de abril de 2019.

**ANEXO**



## MEMORANDO SAÚDE

Tendo em conta as preocupações levantadas pelo último Conselho de Ilha, com particular ênfase nos tópicos dos cuidados de saúde a que os marienses têm direito e acesso, apresentamos um conjunto de problemas e constrangimentos, para os quais estudamos hipóteses de solução ou alternativa. Esperamos que este nosso estudo contribua para a discussão do tema e que se encontrem soluções capazes de dar resposta às inquietações dos marienses.

1.

**Número reduzido de lugares nos voos da SATA para utentes da USI, que obriga ao atraso de consultas e impossibilita a viagem de acompanhantes.** A proposta do Conselho de Ilha é reservar-se mais lugares para a USI, aumentando-se, também, a frequência e a capacidade instalada de transporte de passageiros, sobretudo, entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel; dar-se prioridade em lista de espera a acompanhantes de doentes é também uma solução a ter em conta.

2.

**Consultas em Ponta Delgada em dias de apenas um voo diário, que obrigam a ficar dois ou mais dias fora de Santa Maria.** A proposta do Conselho de Ilha é condicionar a marcação de consultas fora da ilha em dias de dois voos, excepto em casos de internamento. Faz sentido, neste ponto, reiterar parte da solução apresentada no ponto 1 – “aumentando-se, também, a frequência e a capacidade instalada de transporte de passageiros” – certamente minimizava este constrangimento.

3.

**Falta de conciliação de consultas nos utentes deslocados a Ponta Delgada,** que obriga a ficar vários dias em São Miguel, ou até a deslocações consecutivas na mesma semana. O Conselho de Ilha propõe a marcação de uma sucessão de consultas para um só dia, criando-se a figura do "**Assistente do Utente**" onde todo o relacionamento entre os diversos organismos de cuidados de Saúde (públicos e privados) e o Utente possam ser devidamente coordenados.

4.





**Inexistência de serviços administrativos durante as últimas consultas do dia**, que criam a necessidade, escusada, de uma deslocação num dia subsequente à USI apenas para tratar de questões administrativas. A solução proposta pelo Conselho de Ilha é manter o gabinete administrativo de apoio aos atos médicos aberto até ao final das consultas.

5.

**A informação das viagens só é facultada a poucos dias das consultas**, trazendo grandes transtornos aos utentes na organização da sua vida pessoal e dificultando a reserva de estadia. Aconselha-se, portanto, que a informação da deslocação seja dada ao utente no momento da confirmação da reserva, ou em alternativa, com a maior antecedência possível, para evitar constrangimentos vários.

6.

**Falta de apresentação do Relatório Anual de USI**, impossibilitando os membros do Conselho Consultivo de fazerem uma análise das atividades desenvolvidas e avaliarem se as propostas de Plano de Atividades vão ao encontro das melhorias necessárias. O Conselho de Ilha crê que a apresentação anual do relatório de atividades deve ser obrigatória, sem o qual não se deveria aprovar o plano e orçamento dos anos subsequentes.

7.

**Impossibilidade de marcar consulta com o médico de família em tempo útil**, uma vez que não existe um plano de consultas de Família, de forma a garantir consultas de rotina a todos os utentes da USI. Neste momento, esperam-se vários meses para marcar consulta com o médico de Família. O Conselho de Ilha crê que devem ser criadas condições para qualquer utente conseguir uma consulta num prazo máximo de 15 dias. Recomenda-se que o médico que faça parte do Conselho de Administração da USI tenha uma redução/transferência de utentes para os restantes médicos, pois os utentes deste médico não devem ser penalizados por qualquer questão administrativa e consequente de uma acumulação de cargos/funções.

8.

**Quadro de médicos em número insuficiente**, que não garante consultas de família diárias, nem um serviço de urgência 24 horas, perturbando o serviço de internamento e a direcção clínica. Neste momento, é evidente que, durante o dia, o serviço de urgências é utilizado por utentes que não conseguem marcar consulta no seu médico de família em tempo útil, sendo



frequentes as situações da USI disponibilizar apenas dois médicos, e por vezes um, para garantir todos os serviços da USI. Não estão salvaguardados os períodos de Férias dos Médicos com a sua substituição por outros que garantam os serviços mínimos desejados da USI. É humanamente impossível estarem em condições físicas e intelectuais para prestar um serviço de qualidade trabalhando intensamente e consecutivamente sem os períodos mínimos aceitáveis para o descanso do trabalho. No mínimo, para colmatar esta situação, acreditamos que a USI deve ter nos seus quadros, quatro médicos de família, bem como três médicos para o serviço de urgência e internamento.

9.

**Horas de espera no atendimento urgente, que sendo excessivas causam grande transtorno nos utentes.** O Conselho de Ilha crê que este assunto se prende com a falta de médicos, e que seria importante impôr-se um tempo máximo razoável para comparência de um médico, e que o mesmo fosse divulgado a todos os utentes que recorrem ao atendimento urgente.

10.

**Inexistência de Portal da USI de Santa Maria,** que contribui para a falta de informação à comunidade, incapacitando, por exemplo, o utente ter acesso a todos os exames, medicamentos e considerações dos diversos atos médicos. A solução passaria pela criação de um portal, onde cada utente possa ter o seu acesso acedendo a tudo o que se passou e que se relaciona com a sua saúde, como pedir medicamentos, marcação de consultas, entre outros.

11.

**Falta de um plano de consultas de especialidade,** que não permite uma gestão eficiente do acesso a consultas de especialidade. Os utentes, na sua maioria, e dentro das suas possibilidades, têm recorrido a meios próprios para satisfazer as suas necessidades. Todavia, a maioria da população mariense não tem recursos para obter apoio médico de especialidade fora da ilha. O Conselho de Ilha crê que é urgente a criação de um plano com consultas de especialidade trimestral.

12.



**Falta de comunicação dos resultados de rastreios em Santa Maria**, que compromete uma estratégia de prevenção eficiente, sugerindo-se, pois, uma divulgação da informação em tempo útil.

13.

**Falta de técnicos de fisioterapia**, tendo em conta que a fisioterapia é um problema sério em Santa Maria, com listas de espera de seis a mais meses, mesmo com menção "urgente" por parte de médicos especialistas. Sugere-se, portanto, a ampliação do espaço e aquisição de mais equipamentos, tentando-se manter um mínimo de dois fisioterapeutas em serviço.

14.

**Meios de diagnóstico complementares a serem efectuados nos Hospitais da RAA**, cujos resultados se perdem, por vezes, no vaivém entre instituições. Entende este órgão que é da estrita responsabilidade da USI de Santa Maria, o controle, monitorização e devido acompanhamento de todos os exames solicitados a outros organismos de Saúde utilizados pelos SRSA.

15.

**Alteração de medicação prescrita por médicos da especialidade**, sendo frequente a alteração de medicação por parte do médico de família, sem consulta prévia à especialidade que o receitou. O Conselho de Ilha crê que sempre que existir a necessidade de fazer alguma alteração à prescrição feita por um médico especialista dentro do Sistema Regional de Saúde, o mesmo só deve acontecer depois de auscultada o Serviço de Urgências do hospital de referência para a USISMA, nomeadamente na especialidade em causa.

Vila do Porto, 05 de abril de 2019,

Pelo Conselho de Ilha.